

Diário do Legislativo de 19/02/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião de Debates da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - 1ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/2/2005

Presidência do Deputado Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Antônio Andrade - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Elisa Costa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - José Milton - Laudelino Augusto - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Olinto Godinho - Padre João - Sebastião Helvécio - Weliton Prado - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 18, às 9 horas.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 18/2/2005

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dalmo Ribeiro Silva - Olinto Godinho - Sebastião Costa.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 21, às 20 horas.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/2/2005

Presidência do Deputado Rêmolo Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Antônio Júlio; suspensão e reabertura da reunião; questão de ordem; aprovação da ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; discurso do Deputado Miguel Martini - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Antônio Andrade; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.040/2005; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, apesar de prestar atenção à leitura da ata, não consegui ouvir menção a uma questão de ordem suscitada ontem pelo Líder do PMDB, Deputado Adalclever Lopes, aqui presente. Por meio dessa questão de ordem, sobre a qual V. Exa. Deliberou, solicitamos que a Presidência da Casa indicasse os membros da CPI da mineração. Não conseguimos perceber que tal questão tenha sido colocada na ata. Pedimos que V. Exa. faça essa revisão ou informe ao Plenário que a questão de ordem está incluída na ata.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Antônio Júlio que a ata lida em Plenário é resumida, mas solicitará ao 2º-Secretário, Deputado Luiz Fernando Faria, que proceda à leitura da ata na reunião ordinária a ser realizada hoje, às 14 horas.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, não precisamos da leitura da ata na íntegra. Desejamos apenas saber se a questão de ordem está incluída.

O Sr. Presidente - A Presidência solicitará retificação. Na reunião ordinária das 14 horas, V. Exa. terá oportunidade de verificar se a proposição está incluída.

O Deputado Antônio Júlio - Podemos fazer isso agora, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, V. Exa. já foi Presidente desta Casa.

O Deputado Antônio Júlio - Se o 2º-Secretário ler que a nossa questão de ordem está incluída na ata, não precisaremos adiar a resolução desse problema para a reunião ordinária das 14 horas.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. 2º-Secretário que faça a leitura da questão suscitada por S. Exa.

O Sr. 2º-Secretário - Perfeitamente, Sr. Presidente. Farei a leitura da parte da ata, conforme solicitação do Deputado Antônio Júlio: (- Lê o trecho da ata sucinta relativo à questão suscitada pelo Deputado Antônio Júlio.)

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, quero continuar discutindo a ata, por que isso não foi deliberado ontem, durante a reunião ordinária, em que levantamos uma questão de ordem importante. Desde março de 2004, estamos discutindo este tema, que foi objeto de campanha do PMDB em níveis nacional e estadual: o problema da mineração no Estado de Minas. Pedimos a instalação da CPI. Foi essa a questão de ordem, escrita, que apresentamos. V. Exa. suspendeu a reunião para que pudesse decidir, apresentando uma decisão que não consta na ata.

Precisamos fazer essa revisão agora, senão teremos de paralisar os trabalhos da Assembléia, pois não é possível que um tema tão relevante, a respeito do qual V. Exa. proferiu decisão, não conste na ata. Não podemos concordar com esse tipo de procedimento.

Se o Governo, mais uma vez, está fazendo pressão sobre esta Casa para evitar que o assunto volte a ser discutido, também não podemos aceitar. Fomos libertados pelo "São" Severino. Ele libertou o parlamento. Não podemos aceitar que o Governo do Estado continue mandando nesta Casa, até mesmo na ata. Até quando continuaremos sendo subservientes ao Governo? Por que ele mandou tirar? E foi tirado ontem à noite. No final da reunião, o Presidente determinou que não se colocasse na ata uma matéria sobre a qual tinha deliberado o Vice-Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise.

Não concordamos com isso, Sr. Presidente, e não permitiremos que a ata seja aprovada nesta reunião, sob pena de paralisarmos os trabalhos até que o assunto seja resolvido e esclarecido. Não é só resolver, porque V. Exa. o fez ontem. Precisa ficar esclarecido o porquê de isso ter sido omitido na ata, já que a matéria é tão importante para nós, do PMDB, e tenho certeza de que também o é para o parlamento e para o povo mineiro.

Esse assunto precisa ser discutido, temos de ter coragem de fazê-lo. Percebo que está faltando coragem ao Governo para aceitar essa discussão. Mas, querendo ou não o Governo Aécio Neves, querendo ou não o Presidente Mauri Torres, vamos discutir esse projeto em nível nacional, porque ele fará parte do tema da campanha PMDB Política, e vamos denunciar todos os casos que estão ocorrendo em Minas Gerais relativos à mineração.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos encontrar uma solução para a omissão na ata de nossa questão de ordem, a respeito da qual V. Exa. deliberou ontem, concedendo 24 horas de prazo aos Líderes partidários para indicarem os membros da CPI. Se não o fizerem, por força regimental, V. Exa. terá a obrigação de fazer as indicações.

Esta é a nossa questão de ordem. Infelizmente, Sr. Presidente, estou até extrapolando a Liderança do PMDB, mas com a sua autorização. Não vamos permitir a aprovação da ata e a continuação dos trabalhos se essa situação não for resolvida.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, primeiramente, a Presidência agradece as suas palavras pelo "Santo Severino". Foi muito bem colocado. O "Santo Severino" está presente neste Plenário. A Presidência indaga de V. Exa. se permite que continuemos os nossos trabalhos, já que amanhã a ata será publicada na íntegra no "Diário do Legislativo", e V. Exa. tem conhecimento, por ter sido Presidente da Casa e saber que é feito apenas um resumo. Amanhã, após a publicação da ata na íntegra, se a questão suscitada por V. Exa. não estiver presente, esta Presidência solicitará uma retificação do que foi colocado ontem. V. Exa. sabe que todas as vezes que presidi o Plenário, as sugestões dos Deputados nunca deixaram de ser acatadas e decididas pela maioria. Peço a V. Exa. que aguarde até amanhã para ler na íntegra a publicação do que foi colocado por esta Presidência, a fim de que possamos continuar os nossos trabalhos.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, volto a insistir que não estamos preocupados com a ata integral. Conheço bem a Casa, estou aqui há 14 anos. É importante que o resumo lido na reunião subsequente contenha as matérias importantes. Por que se omitiu isso? O que mais se discutiu e o mais importante da discussão de ontem foi essa questão de ordem do Deputado Adalclever Lopes. E, em nosso requerimento, pedimos que essa decisão fosse tomada na própria reunião. V. Exa., sabiamente, suspendeu os trabalhos e tomou uma decisão, manifestou-a verbalmente - não sei se o fez por escrito -, ou seja, houve uma deliberação, que não está constando na ata.

Não podemos concordar com a sua proposta de esperar a ata da manhã. Queremos uma solução no resumo da ata. Não queremos a ata completa, e sim que a questão de ordem suscitada pelo Líder do PMDB, sobre a qual V. Exa. deliberou, conste no resumo da ata. Não podemos abrir mão disso, porque se trata de matéria importante para todos nós. Isso já estava na ata e foi retirado depois que o Deputado Mauri Torres chegou aqui à tarde. Queremos que seja feita uma revisão, uma retificação na ata.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, a Presidência vai acatar a sua proposição, e a questão de ordem constará na ata ordinária das 14 horas de hoje.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, estamos discutindo a ata e queremos que a revisão seja feita agora.

O Sr. Presidente - A Presidência fará a retificação dessa ata, e, às 14 horas, a questão de ordem sobre a instalação da comissão já estará contida nela.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, vou exorbitar de minha função como membro do PMDB, mas acho que tenho a autorização de nosso Líder, Deputado Adalclever Lopes. Se não houver uma revisão na ata das 14 horas, o PMDB não permitirá a votação de nenhuma matéria enquanto pudermos fazer a obstrução regimentalmente. Não podemos aceitar que isso ainda continue ocorrendo nesta Casa. Tenho a certeza de que não foi V. Exa. quem determinou isso, pois recebeu a nossa questão de ordem e deliberou. Depois que V. Exa. transmitiu o cargo oficialmente, o Presidente, Deputado Mauri Torres, deliberou que não se colocasse nada. Quero deixar claro para os Deputados, para o Presidente, Deputado Mauri Torres, para a Mesa, que o PMDB não permitirá a votação das matérias se essa retificação não for feita à tarde. Não é só colocar na ata, queremos que esta Casa explique porque a questão de ordem foi retirada da ata. Para nós, isso é muito mais importante do que a retificação. Por que ela foi retirada da ata? Mais uma vez, veio ordem do Palácio da Liberdade para fazer modificação na ata da Assembléia Legislativa? Vamos ter de aceitar isso no início dos nossos trabalhos? Ficamos cada vez mais tristes, ao vermos a Assembléia de cabeça baixa diante dos mandos e dos desmandos do Governo do Estado.

Nós, do PMDB - fui autorizado a falar em nome do nosso Líder, Deputado Adalclever Lopes -, não permitiremos isso. Queremos uma explicação clara, definida, sobre a retirada da questão de ordem da ata dessa reunião.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, acho que V. Exa. me conhece há algum tempo. Se decidi, como Presidente, colocar a questão de ordem na ata da reunião ordinária, V. Exa. não tem o direito de me questionar.

O Deputado Antônio Júlio - Não estou questionando o Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, e sim o Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres.

O Sr. Presidente - Só que quem está presidindo esta reunião é o Deputado Rêmoló Aloise. Já dei a minha palavra de que a questão suscitada pelo Líder do PMDB constará na ata da reunião ordinária das 14 horas. Pedi 24 horas, e até agora esse prazo não expirou, a não ser que o seu relógio esteja adiantado. Às 14 horas V. Exa. terá todo o direito de questionar se isso não for feito, mas, neste momento, não admito, em hipótese alguma, essa questão que V. Exa. está suscitando.

O Deputado Antônio Júlio - Acho que V. Exa. não entendeu, concordamos com a retificação da ata à tarde. Se ela não ocorrer, aí será diferente, porque V. Exa. deliberou, confiamos na sua deliberação, e, à tarde, depois que o Presidente chegou, ele modificou o quadro.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Júlio, não existe possibilidade de que isso não conste na ata das 14 horas, senão, seria uma verdadeira palhaçada o que estamos discutindo agora.

O Deputado Antônio Júlio - Mas estamos discutindo a ata de agora, Sr. Presidente, e não a ata das 14 horas. O que queremos é que seja esclarecido por que a questão que foi decidida por V. Exa. não consta na ata. A de 14 horas é outra história. Pode estar havendo um novo entendimento ou um entendimento equivocado, mas o nosso posicionamento é muito claro.

O Sr. Presidente - A Presidência vai solicitar ao Deputado Luiz Fernando Faria que faça a leitura da ata que deverá ser publicada amanhã no "Diário do Legislativo", na íntegra, para que o Deputado Antônio Júlio possa continuar a sua discussão, apesar de o prazo já ter vencido. Esta Presidência dará ao Deputado o prazo que necessitar para discutir a ata.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 10 minutos e pede à Secretaria-Geral da Mesa que providencie a íntegra da ata a ser publicada, pois temos muito tempo para discuti-la, até as 2 horas da tarde. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Com a palavra, o 2º-Secretário, para proceder à leitura solicitada pelo Deputado Antônio Júlio, o "Severino 2" nesta Assembléia, para ver se ele está de acordo.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, em momento nenhum solicitamos de V. Exa. a leitura integral da ata. Nossa questão de ordem é bastante pontual e clara, e temos muita certeza do que estamos falando. Solicitamos, portanto, de V. Exa. que determine a leitura apenas da parte sobre a qual levantamos a questão de ordem. Para que ler toda a ata? Não foi essa a nossa solicitação. Queremos que se faça uma retificação na ata sobre o que aconteceu na reunião de ontem.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica ao Deputado Antônio Júlio que não fará retificação da ata lida pelo Sr. 2º-Secretário.

O Deputado Antônio Júlio - Esse posicionamento está muito radical.

O Sr. Presidente - V. Exa. ainda não tem conhecimento do que será lido e está presumindo que a ata não está correta.

O Deputado Antônio Júlio - Então, farei uma...

O Sr. Presidente - ... retificação nas suas palavras.

O Deputado Antônio Júlio - Não. Não farei nenhuma retificação. Aliás, continuo afirmando que houve ordem de fora para que aquela parte não constasse da ata.

O Sr. Presidente - Não é verdade.

O Deputado Antônio Júlio - Quero saber de V. Exa. se vamos aprovar o resumo da ata ou a que será lida agora.

O Sr. Presidente - A que será lida agora.

O Deputado Antônio Júlio - Então, concordamos.

O Sr. Presidente - V. Exa. retira o que disse a esta Presidência, caso a ata esteja de acordo com o que foi proposto ontem?

O Deputado Antônio Júlio - Não entendi o que V. Exa. quis dizer.

O Sr. Presidente - V. Exa. já julgou a ata e disse que ela precisa ser revista. Essa fala deve ser retificada. Entendo que o que foi feito ontem não deve ser mudado, a não ser que V. Exa. pense que o texto não está correto.

O Deputado Antônio Júlio - Cheguei à Assembléia Legislativa há 14 anos, já presidi comissão, fui Líder e Presidente. Sei bem que, muitas vezes, no momento de votação, não sabemos o que estamos votando devido à maneira como a situação foi colocada.

Solicito de V.Exa. que deixe bem claro se votaremos a ata que será lida agora; se a ata será lida apenas para mostrar o que será publicado amanhã, ou se votaremos o resumo da ata que foi lido anteriormente. É essa a minha questão de ordem. Gostaria que V. Exa. deliberasse a respeito.

O Sr. Presidente - Votaremos o que será lido agora e publicaremos o que, após discussão, for aprovado. Não tem cabimento agir de outra forma.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Desde o início desta reunião, estamos vendo o Regimento Interno ser atropelado todo o tempo. As posições da Presidência e dos parlamentares estão se confundindo bastante. Está havendo debate entre o Presidente e o Deputado que levantou questão de ordem para contestar uma decisão da Presidência.

Além disso, o Deputado que me antecedeu faz acusações de que está havendo interferência de fora nesse processo. Quais são os dados e os fundamentos para uma acusação dessa natureza?

Minha questão de ordem tem o objetivo de solicitar o restabelecimento da ordem dos trabalhos no Plenário. Venho ouvindo, há muitos dias,

que esta Casa não tem respeito, que esta Casa é capacho, que esta Casa é isso e aquilo. Ora, a Casa somos nós, os parlamentares. Se nós, parlamentares, não tomarmos posição ética, de respeito, de coerência e até mesmo responsável - diria assim -, esta Casa jamais poderá melhorar sua imagem.

Estamos ouvindo suspeitas sobre a Mesa e a comissão de licitação, com desconfianças de que tenha havido isso ou aquilo, e penso que, se continuarmos no mesmo ritmo durante esta sessão legislativa, será muito ruim para a Casa.

Assim, a questão de ordem que levanto é com o objetivo de que a Presidência estabeleça a ordem dos trabalhos desta Casa, conforme prevê o Regimento. Aliás, cabe ao Presidente estabelecer essa ordem e aos parlamentares respeitá-la. Do contrário, teremos muita dificuldade de caminhar. É preciso colocar um fim nessa questão, e, se me permitem, quero sugerir que a Mesa e os Líderes façam uma reunião para estabelecerem um código de respeito e de ética, mas não com acusações a todo momento. Desde o primeiro dia tenho ouvido suposições e acusações irresponsáveis e levianas, e acho que chegou a hora deste parlamento dizer que é o parlamento de Minas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário.

O Sr. 2º-Secretário - Sr. Presidente, este Secretário vai iniciar a leitura da questão de ordem suscitada pelo Deputado Adalclever Lopes. (- Lê:)

"Caro Presidente, apresentamos questão de ordem invocando a indicação do art. 165 do Regimento Interno quanto à interpretação do art. 112, §§ 5º e 8º, que dispõem sobre a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que, aliás, foi lida e publicada no dia 21 de outubro, quinta-feira, no "Minas Gerais", despachada pela Presidência desta Casa, cujo primeiro signatário é o Deputado Antônio Andrade, e tendo como objeto, em síntese, a apuração da regularidade das atividades da MBR.

Portanto, Sr. Presidente, ocorre que, decorridos os cinco dias, conforme prevê o Regimento Interno, não houve indicação oficial pelo Bloco Parlamentar Progressista nem pelo Partido Progressista nem pelo Partido Liberal dos membros que comporão a comissão parlamentar.

Sr. Presidente, cabe à Presidência, nos termos do § 8º do art. 112, fazer a indicação, de ofício, conforme prevê o Regimento Interno, dos membros da CPI. O texto diz que, se não for feita no prazo de cinco dias, o Presidente a fará de ofício. Portanto, solicito a V. Exa. que proceda à imediata indicação dos membros que irão compor essa CPI. É o que requer este Deputado, para que seja resolvida, em Plenário, a nossa questão de ordem. Muito obrigado, Sr. Presidente."

E a resposta do Presidente foi a seguinte: "Uma vez que V. Exa. requer desta Presidência que faça a indicação, de ofício, nesta reunião, após questão de ordem suscitada pelo Deputado Sargento Rodrigues, suspenderemos os trabalhos por 5 minutos, a fim de que possamos discutir o seu pedido."

Continuando: "Após a suspensão da reunião, o Sr. Presidente reabre os trabalhos e informa ao Deputado Líder do PMDB, Adalclever Lopes, que concederá um prazo de 24 horas para que as Lideranças que ainda não subscreveram a CPI da mineração o façam. Caso contrário, a Presidência designará os Deputados que participarão da mesma."

Era este o trecho cuja leitura foi solicitada pelo Deputado Antônio Júlio.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Como fui citado, mesmo que subjetivamente, pelo Deputado Miguel Martini, quero dizer que não estou catimbando nem fazendo denúncias levianas. Não retiro uma palavra do que disse.

Essa ata foi modificada no final da reunião de ontem, com a influência do Deputado Mauri Torres, que tentou omitir uma decisão tomada nesta Casa. Não retiro o que disse, não sou leviano. Não estou discutindo outros assuntos, mas sim o desinteresse da Bancada do PMDB em relação à Mina Capão Xavier. Sabemos que o Governo está tendo uma grande influência nesta Casa. O Governador Aécio Neves, por intermédio do Sr. Secretário - para não ficar nenhuma dúvida -, não quer que nada evolua, nesta Casa, em relação a esse assunto.

Portanto, Deputado Miguel Martini, não retiro uma palavra. Estou denunciando o nome, para que não haja nenhuma dúvida. Se alguém quiser me questionar, que o faça. Meu posicionamento em relação a esse processo é muito claro. Todos me conhecem e sabem do apreço que tenho em relação ao parlamento e que sou um dos Deputados que mais o defendem; por isso apresento essa questão. Seria muito mais cômodo continuarmos da forma como estamos, de cabeça baixa, deixando as coisas acontecerem, com prejuízo para todo o parlamento, sem tomarmos nenhuma decisão.

Quero deixar claro meu posicionamento e o motivo da questão de ordem que apresentamos, levantando dúvidas sobre a ata que seria aprovada, na qual V. Exa., sabiamente, fez a retificação.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, o Deputado levanta a suspeita de que retirar da ata a decisão que V. Exa. tomou ao presidir a reunião de ontem foi uma manobra.

De acordo com o Regimento, quem nomeia comissão, quem toma essas decisões é quem está presidindo a reunião ou o Presidente da Casa? No meu entendimento, é o Presidente da Casa. Se assim for, o Presidente da Casa não precisaria ter utilizado uma manobra tão pequena como essa, porque é ele quem toma a decisão. Ninguém decide pelo Presidente, ele é responsável pela sua decisão. Não havia necessidade de o Presidente usar esse artifício, porque é ele quem tem de assumir essa postura, e não quem está presidindo a reunião.

Minha questão de ordem é a seguinte: quem decide é quem está presidindo no momento ou o Presidente da Casa? No meu entendimento é o

Presidente da Casa. Se assim for, por que ele usaria esse artifício? Novamente são feitas acusações, dizendo que é o Governador. Isso, de certo modo, vem diminuir-nos como parlamento. Sabemos que o jogo das forças políticas existe, mas cabe a cada um usar seus artifícios para se contrapor à posição do outro. Se admitirmos que há uma influência do Poder Judiciário, do Poder Executivo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de quem quer que seja, e que esta Casa aceita isso, a culpa não é daqueles que fazem a pressão, mas dos que a aceitam. Temos constitucionalmente um poder, e o Poder Legislativo é considerado o Poder dos Poderes. Não temos de acusar fora, mas avaliar o que acontece aqui dentro. Não sei se a melhor maneira é vir a público fazer denúncias e apresentar suspeitas sem fundamento. Gostaria de ouvir a resposta a respeito dessa questão de ordem.

O Sr. Presidente - Deputado Miguel Martini, a Casa é presidencialista, nunca deixou de ser. A discussão dos Deputados é legítima, qualquer que seja. Se esta Casa não agir democraticamente, concedendo a palavra aos seus representantes, tornar-se-à uma ditadura. Na ausência do Presidente, os outros membros da Mesa, regimentalmente, têm um compromisso com a Casa. Não estou presidindo a reunião de hoje e não presidi anteriormente simplesmente como uma figura decorativa na mesa.

Fui eleito pelos Deputados. Enquanto estiver presidindo, não voltarei atrás em minhas decisões. Cabe ao Presidente da Casa, no exercício de suas atribuições, dizer o que fará. Deixo bem claro a V. Exa., Deputado Miguel Martini, que não voltarei atrás em minha decisão. Como esta Casa é presidencialista, e não sou Presidente, cabe ao Presidente tomar as decisões sobre o que for votado neste Plenário.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, estou certo de que o Deputado que preside a reunião tem plenos poderes. A minha pergunta não foi essa. Como o Presidente da Casa não está licenciado, mas em pleno exercício de seu poder, perguntei se o Regimento Interno se refere a quem está presidindo a reunião ou ao Presidente da Assembléia. Foi essa a minha pergunta objetiva. Não questiono o debate, a democracia, que precisam ser valorizados, dentro de uma ordem estabelecida pelo parlamento.

O Sr. Presidente - Deputado Miguel Martini, solicito que V. Exa. apresente sua questão de ordem por escrito. O Presidente da Casa terá a oportunidade de vir a este Plenário e esclarecer se a decisão será única e exclusivamente dele, ou do Plenário ou da Mesa.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, deixo bem claro ao Deputado Miguel Martini que estou fazendo o que ele pregou. Afirmando que, ontem, houve manobra do Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres, com o objetivo de retirar da ata o que havia sido deliberado durante a reunião. Não estou levantando suspeita. Estou afirmando que houve ordem do Presidente para que constasse na ata integral, mas que não fosse colocada na ata resumida, que seria lida hoje, pela manhã, a questão decidida, ontem, por este Plenário.

É o meu posicionamento. Não estou levantando suspeita. Estou afirmando, o que é diferente. Durante minha vida, não aprendi a levantar falso ou a ser falso com as pessoas. Por isso, às vezes, pago muito caro. Os meus posicionamentos são muito claros. Nós, políticos, infelizmente, temos um grande defeito: não queremos ouvir a verdade. Isso está acontecendo nesta Casa. Estamos agindo em nome deste Poder, para que possa levantar a cabeça e adotar nova postura a partir de agora. Devemos ajudar o Governador Aécio Neves, mas questionar interferências. Todos sabemos que está havendo muita interferência nesta Casa. Isso sempre aconteceu, mas agora está excessiva. Poderemos constatar essa afirmação durante a eleição do TCE. Não gostaria de levantar essa questão, mas aproveitamos a oportunidade para antecipá-la.

Essa é a minha discussão, Deputado Miguel Martini. Faço isso em nome deste parlamento. Estamos debatendo uma questão que aconteceu ontem e hoje. Não estou levantando suspeita, estou afirmando que o Presidente Mauri Torres, ontem, ao chegar ao Plenário, no final da reunião - quando o Deputado Rêmoló Aloise, que a presidia, procederia ao seu encerramento -, assentou, encerrou os trabalhos e deliberou sobre a ata. Não estou levantando suspeita. Deixo isso bem claro aos Deputados. Estou afirmando que, por ordem do Presidente, não se colocou na ata a deliberação tomada pelo Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, sobre uma questão de ordem suscitada pelo PMDB.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Os fatos estão ficando mais claros e objetivos. Cabe ao Presidente do Poder responder a uma acusação, a uma denúncia, a uma suspeita, levantadas com muita clareza. O Deputado que me antecedeu deve ter argumentos para fazer tal afirmação. Tudo bem. Mas afirmar que houve interferência de fora, significa chamar o próprio Presidente de nomes que foram usados aqui no passado, os quais não citarei.

Seria dizer que não é o Presidente quem comanda, mas alguém de fora. Essa não foi feita agora, foi dito que foi o Presidente. Então, cabe ao Presidente dar a resposta.

Quanto ao que sempre defendi, continuarei defendendo que o parlamento seja forte. Para tornarmos o parlamento forte, cabe a cada um fazer a sua parte. Cada um de nós tem de cumprir o seu papel, os seus deveres, as suas responsabilidades.

Volto a dizer que não somos ingênuos. Não somos neófitos na política. Sabemos que as forças políticas agem, e é de direito que o façam. O "lobby", que no Brasil é considerado pecado mortal, é absolutamente legítimo e democrático. Os trabalhadores, os empresários, as categorias devem fazer "lobby". Fazer "lobby" significa defender, segundo a própria visão, o que é melhor para os próprios interesses. O político está sujeito a todos esses tipos de pressão. Cabe a ele ter um comportamento e se balizar pelo que é ético, moral ou não. Não há nenhum pecado mortal em um grupo qualquer, por exemplo, o de contadores, querer fazer "lobby" para eleger o seu representante no Tribunal de Contas. Isso é legítimo. Cabe a nós, que vamos votar, saber fazer essa avaliação e ceder ou não a esse "lobby". Não há nenhum pecado nisso; faz parte do processo democrático.

À medida que este parlamento se fortalece, à medida que cada um de nós, parlamentares, defende essa postura e é capaz de fortalecer este Poder Legislativo, essas influências externas não encontrarão acolhida aqui, de onde quer que venham. O que estamos dizendo é que só conseguiremos esse fortalecimento se nós mesmos começarmos a trabalhar com esse intuito. Não estou querendo que a palavra de ninguém seja cortada. Pelo contrário, sempre defendi isso e vou continuar defendendo. Só que agora ficou muito mais claro. Houve uma acusação, e agora cabe ao Presidente manifestar-se. Não sou a favor nem contra, não sei se houve ou se não houve. Não tenho como afirmar isso. Obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Leonardo Quintão - Obrigado. Sr. Presidente, gostaria de tocar na questão da ata, que todos estão discutindo. A conclusão da ata é que instalaremos a CPI da mineração em Minas Gerais para debatermos esse assunto específico, o que já estamos fazendo há quase um ano em movimentos sobre a mineração da MBR de Capão Xavier.

Quero trazer o assunto aos novos parlamentares, que podem se informar em nossos gabinetes. Levaremos informações aos gabinetes da Deputada Elisa Costa, dos Deputados Edson Rezende, Marlos Fernandes, Gustavo Corrêa e dos outros parlamentares que integrarão o

parlamento nos próximos dois anos, a fim de que tomem ciência do que acontecerá em Belo Horizonte, que é acabar com o abastecimento de água de mais de 500 mil pessoas.

Só para refrescar a memória dos parlamentares que já estavam aqui no ano passado e também para conhecimento dos novos Deputados, todo licenciamento da Mina Capão Xavier está sendo questionado, sim. Discutiremos essa questão na CPI. É por isso que precisamos preservar o abastecimento de água em Belo Horizonte. A comunidade de Nova Lima já está sendo afetada por essa mineração. Precisamos discutir a questão com clareza, Deputado Miguel Martini. Por que não discutir na Casa? Por que ontem o processo foi tumultuado e hoje está sendo novamente? Vamos debater. Pessoas já foram destituídas de seus cargos, com medo de que fossem convocadas por este parlamento, como, por exemplo, o Sr. Juarez, da MBR.

Tiraram do cargo aquele senhor que estava ali há mais de dez anos. Vamos convocá-lo para trazer clareza a esse debate nesta Casa. O processo está sendo questionado. Está sendo questionada a liberação daquela mina. Tanto que na revista "Época" saiu uma reportagem acusando alguns Deputados desta Casa, como o nosso Líder, Deputado Adalclever Lopes, que nunca trabalharam com meio ambiente e que agora estariam interessados no assunto. Foi por isso que os Deputados Antônio Júlio e Adalclever Lopes ajuizaram uma ação civil pública, para que não haja nenhuma dúvida nesse processo.

Os Deputados que tomaram posse nesta nova legislatura devem procurar saber a questão da mina de Capão Xavier, que afetará o abastecimento de água de Belo Horizonte e o meio ambiente de Nova Lima. A lei estadual que protege os mananciais de abastecimento público não está sendo respeitada. Quando a legislação, que é aprovada na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sancionada pelo Governador Aécio Neves, é desrespeitada, é obrigação dos parlamentares desta Casa convocar as pessoas responsáveis para debater e trazer essa situação a público para que, daqui a alguns anos, não choremos a degradação do meio ambiente nem nos arrependamos com a falta de água para mais de 800 mil pessoas que moram em Belo Horizonte.

Mais uma vez, Deputados que tomaram posse agora e Deputados que já estavam aqui, procurem saber sobre o assunto, pois há várias informações. Procuramos saber onde fica a sede dessa grande empresa da Espanha, que foi contratada, a "Farsa" Engenharia, desculpem-me, Frasa Engenharia. Vamos mostrar a todos a portinha onde ela funciona. Foram pagas centenas de milhares de dólares para que essa empresa desse um parecer, que estamos questionando. Essa empresa não é nem cadastrada no CREA-MG. Como é que um médico de outro país, senhoras e senhores, pode vir ao Brasil para medicar? Como é que um engenheiro de outro país pode vir aqui dar um parecer, sendo este aceito? É isso que questionamos. Muito obrigado, Sr. Presidente, por retificar a ata, pois ela será importante nesse processo.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, quer o fazer um esclarecimento porque estou percebendo que há sofismas. Desde a primeira fala, deixei muito claro que precisamos fortalecer o Poder Legislativo. Conseguiremos isso se cada um cumprir os seus deveres e ocupar os seus espaços.

Sou favorável a qualquer tipo de CPI desde que haja fundamentação. Nunca me posicionei contra nenhuma CPI. Já assinei várias CPIs que, supostamente, eram contra o Governo, porque o Governo que defendo não tem nada a esconder. Até que o parlamento se fortaleça bastante, a questão das CPIs é importante. Qualquer CPI é bem-vinda, como já disse, desde que haja fundamentação. Não sou contra CPI, não é o que estou defendendo aqui. Por outro lado, também não defendo a concentração do poder nas mãos de uma única pessoa. Apesar de o presidencialismo admitir, acho que há outros modos democráticos de se fazer isso.

A própria Mesa é um colegiado, e o Colégio de Líderes são instâncias que ampliam a participação democrática. É isso também que defendo. O que disse foi outra coisa. O meu posicionamento é outro. Precisamos ser responsáveis em relação ao que dizemos e estar fundamentados. Cabe à Presidência manter a ordem dos trabalhos. Cada parlamentar que ocupa este microfone constitui o Poder Legislativo. Então, em meu entender, fortalecer este Poder é cumprir bem o seu papel, a sua função. Que fique muito claro o meu posicionamento, para que não haja dúvida.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Antônio Andrade solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 2.040/2005. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria solicitando a inversão da pauta da presente reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.296 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.040/2005, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 2.040/2005 com a Emenda nº 1. À Mesa da Assembléia.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, não há quórum suficiente para discussão nem para votação. Antes de entrarmos no processo de discussão, solicito que V. Exa. encerre de plano a reunião, pois, para a aprovação dessa importante matéria, é necessário quórum qualificado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/12/2004

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Antônio Júlio e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Vanessa Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 2º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.253/2003 e 1.652/2004 (Deputada Vanessa Lucas); 1.573/2004 (Deputado Antônio Júlio); 1.609/2004 (Deputada Lúcia Pacífico) e 1.651/2004 (Deputado Roberto Carvalho). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.253/2003 (relatora: Deputada Vanessa Lucas); 1.484/2004 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.573/2004 (relator: Deputado Antônio Júlio); pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.651/2004 (relator: Deputado Roberto Carvalho); e pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.914/2004 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, (relator: Deputado Roberto Carvalho). Na fase de discussão do parecer da relatora, Deputada Vanessa Lucas, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.652/2004, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, a Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Júlio. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Antônio Júlio, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quantas empresas participaram do Programa Minas em Dia e qual o valor arrecadado pelo Estado de Minas com a implantação desse Programa; da Deputada Lúcia Pacífico, solicitando seja realizada reunião desta Comissão para, em audiência pública, obter esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 1.430/2004, do Deputado Leonardo Moreira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2005.

Lúcia Pacífico, Presidente - Vanessa Lucas - Maria Tereza Lara.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 15/12/2004

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Célio Moreira e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.324/2003. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 1.918/2004, no 1º turno, ao relator, Deputado Sebastião Helvécio, que estando em condições de proferir o seu parecer, fá-lo, concluindo pela aprovação. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A Presidência suspende a reunião para aguardar a aprovação do Projeto de Lei nº 1.324/2003, no 1º turno, em Plenário. Reabertos os trabalhos, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan e Sebastião Helvécio. Estando o relator, Deputado Ricardo Duarte, em condições de proferir o seu parecer, fá-lo, concluindo pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos do Deputado Carlos Pimenta solicitando seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando a criação de uma Diretoria de Ações Descentralizadas de Saúde - DADS - de Araçuaí, visto que esse município funciona como referência para toda a região e a DADS de Diamantina, à qual pertence, situa-se a uma distância considerável, estando as estradas de acesso em más condições; solicitando seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando o aumento do número de equipes do Programa Saúde da Família - PSF - em Capelinha, visando a fortalecer a rede de atenção básica à saúde nesse município; solicitando seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando o estudo da possibilidade de considerar Capelinha como município-sede de microrregião, visto que esse município funciona como referência para a região; solicitando seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando o aumento do número de equipes do Programa Saúde da Família - PSF - em Araçuaí, visando a fortalecer a rede de atenção básica à saúde nesse município; e solicitando seja marcada visita da Comissão ao Presidente da CEMIG - Irapé, para se discutir a possibilidade de colaboração dessa empresa com o sistema de saúde da região de Araçuaí, sendo convidados o Provedor do Hospital São Vicente de Paulo, Sr. Wandemberg de Souza, a Prefeita de Araçuaí, Sra. Maria do Carmo Ferreira Silva, a Secretária do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Médio Jequitinhonha - CISMEJE -, Sra. Maria de Jesus Loredo Rocha, bem como os demais interessados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2005.

Ricardo Duarte, Presidente - Carlos Pimenta - Márcio Kangussu - Roberto Ramos.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Laudelino Augusto, Antônio Genaro, Dimas Fabiano e Djalma Diniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/2/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final e se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2005.

Maria Olívia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Saúde

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Antônio Júlio, Irani Barbosa e Roberto Carvalho, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Carlos Pimenta, Célio Moreira e Márcio Kangussu, membros da Comissão de Saúde, para a reunião a ser realizada em 23/2/2005, às 9h30min, no Teatro da ALEMG, com a finalidade de debater sobre o Plano de Assistência à Saúde da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e esclarecer possíveis dúvidas no Processo de Licitação nº 82/2004, com diversos convidados.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2005.

Lúcia Pacífico, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/2/2005

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, servidores e cidadãos que acompanham os trabalhos da Assembléia, é com muita alegria que retornamos neste ano de 2005. Cumprimentamos a nova Mesa Diretora, que tomou posse hoje, pela manhã, novamente presidida pelo Deputado Mauri Torres, desejando uma boa gestão à frente desta importante instituição política de Minas Gerais.

Cumprimento ainda os nossos colegas Deputados e Deputadas que assumem na Assembléia essa espinhosa e árdua missão de representar o povo mineiro. Temos hoje entre nós, começando pelo nosso partido, a companhia de pessoas reconhecidas no Estado, como a Deputada Elisa Costa, nossa amiga do vale do rio Doce, de Valadares, que prestou relevantes serviços no combate à pobreza no Ministério da Assistência Social, dirigido pelo companheiro Patrus Ananias; o Deputado Carlos Gomes, também colega da Prefeitura de Belo Horizonte; o nosso companheiro Jesus Lima, ex-Prefeito de Betim, que estava em Furnas e que também é meu contemporâneo de faculdade de filosofia e ciências humanas; e o companheiro Edson Rezende, já Deputado nesta Casa, e que presidia o CEASA em Minas Gerais.

Gostaria ainda de estender os cumprimentos aos Deputados Alencar da Silveira Jr., Sávio Souza Cruz, companheiro de Câmara Municipal, Sebastião Costa e Gustavo Corrêa, desejando a todos as melhores energias. Será um prazer conviver, nesse período, com pessoas tão dignas.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, quero também agradecer à nossa bancada e ao nosso Bloco PT-PCdoB, pois hoje foi oficializada a nossa indicação para exercer, com imensa responsabilidade, a Liderança do Bloco PT-PCdoB nesta Casa. Sem dúvida, pela importância da Assembléia e do PT e do PCdoB, ser o maior bloco e o maior partido na Casa confere-nos uma grande responsabilidade, que é redobrada porque substituiu o nosso companheiro Rogério Correia, que, com muita sensibilidade e maturidade, exerceu tão bem a Liderança nos dois anos anteriores. Portanto, peço licença aos demais Deputados e Deputadas para agradecer essa honrosa responsabilidade a mim atribuída pelo Bloco PT-PCdoB.

Dentro das limitações pessoais, humanas e políticas inerentes ao ser humano, quero dizer que dedicarei as melhores e maiores energias, neste ano de 2005, ao exercício dessa função, seguindo a mesma linha adotada pelo bloco nos dois anos anteriores.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Gostaria de unir-me a V. Exa. e parabenizar os recém-chegados Deputados Estaduais. Esperamos que tenham um trabalho profícuo nos próximos dois anos. Parabenizo V. Exa. pela indicação como Líder do bloco. Com certeza, com sua experiência, como pude observar ao longo dos últimos anos, V. Exa. desempenhará um grande trabalho a frente de seu bloco parlamentar.

Aproveito a oportunidade para fazer um registro: ontem a Câmara dos Deputados viveu momento histórico, dando uma demonstração de independência absoluta com relação ao Executivo e não se curvando diante das pressões dos Ministros e do Presidente da República. Faço aqui, publicamente, uma homenagem ao grande responsável por esse processo, que é mineiro: o Deputado Virgílio Guimarães, que não alcançou seu objetivo, mas foi o principal responsável pelo processo. Em momento algum curvou-se às pressões que sofreu dentro de seu partido e deu uma demonstração de independência. Ontem, a Câmara dos Deputados deixou um grande exemplo para o nosso País.

Esperamos que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, algum dia, dê a mesma demonstração ao povo mineiro, o que lamentavelmente até hoje não aconteceu. Nossa Casa, ao longo dos anos, tem sido subserviente e comandada, como é público e notório, pelos interesses do Palácio e do Governador. Não faço aqui nenhuma crítica ao nosso Presidente e aos membros da Mesa Diretora, mas precisamos rever a conduta da Assembléia, a fim de recuperar nossa imagem, como fez ontem a Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Chico Rafael.

Continuando, quero reiterar às demais Lideranças da Casa que a condução coletiva do bloco, feita com seu Colégio de Vice-Líderes, com a Liderança da Minoria e com o Deputado Rogério Correia, que integra a Mesa, será pautada por uma oposição responsável, já que a população nos delegou esse papel. Fazemos oposição à direção do Governo Estadual, mas somos uma oposição que busca e prioriza o diálogo; que age em convergência com os interesses de Minas Gerais; e que, no plano federal, é base do Governo Lula e, portanto, tem o papel também, em Minas Gerais, de defender os interesses do Governo Federal e do Estado junto à própria máquina pública federal.

Neste ano, elaboraremos uma agenda e acompanharemos, em especial, os 31 projetos estruturadores do Governo Estadual, que elencou as suas prioridades aprovadas por esta Casa. Acompanharemos o processo, já que 2005 é o ano da avaliação do plano plurianual. Como Oposição, temos o papel de identificar as omissões, as fragilidades e aqueles pontos em que a população mineira pode estar sendo prejudicada, com diálogo, pois aqui, na Assembléia, temos responsabilidades. Projetos importantes foram aprovados nesta Casa porque a bancada e o Bloco PT-PCdoB consideraram o interesse de Minas Gerais muito acima de eventuais divergências partidárias. Essa será a nossa condução e esse será o nosso respeito.

Nesse último domingo, surpreenderam-me - saindo um pouco do seu feitio de político educado e elegante - as manifestações do Governador, menosprezando o PT em Minas Gerais, classificando-o como quinta ou sexta força política no Estado. Utilizou o adjetivo píffio por mais de três vezes, ao qualificar as ações do Governo Federal em Minas Gerais.

Não hoje, devido ao tempo escasso, mas durante este período, faremos uma comparação entre o que os Governos Federal e Estadual têm realizado em Minas na área social. Poderia citar alguns exemplos. Na área social, em alguns Estados, há programas do Governo Federal em contrapartida dos Estados até com relação aos de transferência de renda. Em Minas, aconteceu o contrário: cancelariam o programa de transferência de renda do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri e empurrariam a responsabilidade, unilateralmente, nas costas do Estado.

Neste momento, exporemos nesta Casa esta comparação, para sabermos quem é pífilo. O Governo Federal tem-se pautado, com muita firmeza e respeito, em relação ao Estado de Minas Gerais.

Outro assunto importante diz respeito às tabelas remuneratórias. É bom que se diga que os servidores tiveram os planos de carreira e as legislações pertinentes aprovados pelo conjunto dos Deputados e das Deputadas. Essa foi uma vitória de toda a Assembléia Legislativa, mas ela tem de ser completada com a concretização dos planos de salários, que já se encontram aviltados e congelados há muitos anos. Trata-se de uma prioridade desta Casa para este semestre: analisar, com a participação dos servidores e com celeridade, as tabelas remuneratórias, pois servidores públicos valorizados significam boas políticas públicas dirigidas ao povo mineiro.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, com muita responsabilidade para exercer um trabalho coletivo, felizmente este partido mediano que o Governador atacou é o maior nesta Assembléia Legislativa, tendo a possibilidade de ter presença política em várias, se não todas, comissões permanentes desta Casa. Onde estivermos, estaremos colocando o interesse do povo de Minas Gerais em primeiro lugar, fazendo a defesa política do Governo Federal, pois temos a convicção de que estamos passando por profundas transformações em nosso País. Mas teremos o espírito crítico para identificar onde o Governo Federal poderá avançar, inclusive em ação convergente com o Governo Estadual, buscando benefícios para a recuperação da malha rodoviária de Minas, para a área de segurança pública e para o controle dos programas sociais das diversas políticas públicas em curso em Minas, porque o Governo Federal olha com carinho o nosso Estado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Desejo ao nobre companheiro, colega e amigo Deputado André Quintão que, neste ano, exerça uma liderança que permita avanços ainda maiores para a nossa bancada. Foi escolhido Líder por unanimidade, e temos certeza de que desenvolverá um trabalho de primeira qualidade, como fez até então.

Como ex-Líder da Bancada do PT, falo em nome de nossos companheiros, certo de que estaremos muito bem servidos e de que os outros partidos terão o diálogo necessário. Saúdo também os novos companheiros do PT, entre eles a Elisa, aqui presente, o Jésus, e também os novatos de outros partidos. Que possamos realizar um bom trabalho. Estamos à disposição de todos, representando, na Mesa, o PT. Parabéns, André.

O Deputado André Quintão* - Obrigado. Externo o mesmo respeito às demais Lideranças partidárias desta Casa. Na Assembléia, aprendemos logo que ninguém e nenhum partido têm resultado individual. Aqui, a vitória do interesse público ocorre quando há diálogo e compartilhamento de bônus, ônus e responsabilidades. Como fiz à frente da Comissão de Participação Popular, reitero essa marca pessoal de diálogo, respeito ao diferente e de sempre exercer a capacidade da construção coletiva. Esse é o caminho que dá mais resultado no Poder Legislativo e foi adotado pelo Bloco PT-PCdoB durante dois anos, quando conduzido pelos Deputados Rogério Correia, Jô Moraes, Maria Tereza Lara e Chico Simões, Líder da Minoria. Assim construiremos, ao lado do Deputado Ricardo Duarte, na Vice-Liderança, e nas posteriores definições de Presidência e participação em comissões.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Na pessoa do Presidente Deputado Mauri Torres, cumprimento toda a Mesa e desejo que tenham uma gestão de sucesso. Cumprimento também as Deputadas, os Deputados, os convidados que acompanham de maneira cívica e cidadã das galerias, os telespectadores da TV Assembléia. Agradeço as manifestações de apoio a nós que, após dois anos, chegamos a este Plenário: Deputados Carlos Gomes, Jésus Lima, Edson Rezende, Alencar da Silveira Jr., Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa e Gustavo Corrêa. Aproveito para cumprimentá-los.

Agradeço também as manifestações do povo do Leste de Minas pela nossa eleição, o carinho com que acompanhou o trabalho de todos os 25 anos de história do PT. É uma alegria iniciar hoje meu papel de Deputada Estadual.

Foi feliz a escolha, feita pelo Bloco PT-PCDOB, do nome do Deputado André Quintão para ser o nosso Líder, pois ele tem perfil democrático, a capacidade de saber ouvir e dialogar e uma história está ligada às causas sociais e às lutas da assistência social no Estado. Construiu essa liderança e tem o respeito de toda a população mineira e de nossa bancada.

Cumprimento também todos os Líderes que hoje se iniciam no papel de fazer avançar o trabalho cidadão na Assembléia Legislativa. Agradecemos a todos que estiveram conosco nessa caminhada, nesse tempo de construção coletiva e democrática.

No ano passado, vivi uma das experiências mais ricas da minha história política, além da história do PT, ao ficar em Brasília durante 11 meses, a convite do Ministro Patrus Ananias para integrar sua equipe. Tive a oportunidade de conhecer um pouco do Brasil e mais de Minas Gerais, e de acompanhar de perto os trabalhos e a experiência de um governo democrático popular comprometido com os mais pobres deste País.

Companheiro André Quintão, farei o primeiro balanço a respeito do que acompanhei no ministério em relação aos programas sociais do Governo Lula em Minas Gerais. É oportuno falar sobre isso, haja vista o que vivemos e dado o avanço da cidadania e da luta pela redução das desigualdades sociais e do maior programa de transferência de renda que estamos construindo no País e na América Latina. O Estado de Minas Gerais, com uma população estimada de 18.900.000 habitantes e com uma receita orçamentária prevista de R\$19.000.000.000,00, tem hoje no seu Programa de Transferência de Renda do Governo Federal aproximadamente 1.300.000 famílias atendidas pelos programas Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, programas que foram unificados no Bolsa-Família. São aproximadamente 6.500.000 pessoas atendidas. Os recursos transferidos a Minas Gerais, por ano, somam R\$700.000.000,00, valor atualizado em janeiro de 2005. Isso significa que 68% das famílias pobres são atendidas no Estado.

Em Minas Gerais, programas de assistência social como o PAIF, a Casa da Família, o Agente Jovem, o Sentinela, o PETI, o benefício da prestação continuada, o PBC e a atenção à criança e aos portadores de deficiência atendem 628 mil pessoas, somando, por ano, R\$813.000.000,00.

Os programas de segurança alimentar, como o do leite, da cisterna, dos restaurantes populares, dos bancos de alimentos, das hortas comunitárias e das cozinhas comunitárias e os programas de educação alimentar atendem 674 mil pessoas, somando R\$30.000.000,00.

Se somarmos os programas de assistência social, de transferência de renda e de segurança alimentar do Ministério de Desenvolvimento Social, teremos 7,8 milhões de pessoas atendidas, o que significa 41% da população de Minas Gerais. Os recursos investidos por ano são da ordem de R\$1.500.000.000,00.

Se compararmos as transferências constitucionais no Estado com os programas, veremos que hoje as transferências constitucionais do Governo Federal são de R\$2.600.000.000,00, somando-se a essas transferências o valor de R\$1.500.000.000,00 dos programas sociais. Isso significa que as transferências de renda, especialmente às famílias, em face das transferências constitucionais, correspondem a 25%, e os recursos investidos pelo Ministério em relação às transferências constitucionais são 54%. Por fim, os recursos investidos pelo Ministério em relação à receita orçamentária de Minas Gerais somam 7,4%. Isso não é um programa pífio, como relatou o Governador Aécio Neves. Um grande programa social está sendo construído em Minas. Este ano, os recursos acrescentarão muito mais. Ressalto que pífio é gastar apenas 4,4% dos recursos da saúde no orçamento do Estado, quando a Constituição exige 12%.

Como Deputada Estadual, quero continuar o trabalho de implantação de políticas públicas e sociais em Minas Gerais, trabalhando de forma integrada com o Governo do Presidente Lula. Quero também priorizar ações de desenvolvimento regional para a população e as regiões mais pobres do Estado.

Os programas de combate à fome e de agricultura familiar e a reforma agrária são prioridades, principalmente para a região de onde venho, do Leste mineiro, do vale do rio doce, de forte latifúndio, e que precisa, cada vez mais, acelerar o processo de reforma agrária para produzir mais alimentos e possibilitar qualidade de vida, crescimento e desenvolvimento das nossas regiões.

Segundo dados da FIPE, a agricultura familiar é responsável por 10% do PIB nacional. É preciso, como já tem sido feito pelo Presidente Lula, priorizando essas ações no Brasil, fazer com que essas ações avancem no nosso Estado e nas regiões mais empobrecidas.

Pretendo estimular a celebração de parcerias com o maior número possível de organizações não governamentais e de Prefeituras, não apenas as dirigidas pelo PT, mas também pelos diversos partidos, para que possamos contribuir com o desenvolvimento e o crescimento do nosso Estado.

Registro, como disse o nosso Líder, Deputado André Quintão, a nossa oposição responsável, que busca o diálogo com o Governador Aécio Neves; mas esclarecemos que há diferença de projetos para conduzir Minas Gerais.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputada Elisa Costa, companheira de partido e de bloco, cumprimento-a por sua chegada a esta Casa. A bancada feminina - não é mesmo Jô Moraes? - sente-se orgulhosa em recebê-la. Na sua pessoa cumprimento os companheiros de bancada: Deputados Jésus Lima, Carlos Gomes e Edson Rezende. Demonstro também grande alegria de ter, a partir de hoje, o Deputado André Quintão como Líder do nosso bloco. Na Comissão de Participação Popular, esse companheiro pôde efetivar o projeto do PT e do nosso bloco, ampliando a participação popular nesta Casa.

Companheira Elisa, lembro que estamos a menos de 30 dias do Dia Internacional da Mulher, que se comemora em 8 de março. Como me disse a Deputada Jô Moraes, também quero mencionar o nome de Dorothy, uma mulher, missionária que, no Pará, derramou seu sangue e se tornou mártir. Com certeza, seu sangue fará com que, neste País, a reforma agrária se acelere. Aliás, é o que deseja o Presidente Lula, que tem feito grandes esforços para tal. Certamente, em 2005, muitos passos serão dados, a fim de conseguirmos maiores investimentos, evitando que tanto os trabalhadores como as lideranças que os defendem morram.

A mulher contribui por meio desse espaço de poder. Refiro-me tanto ao espaço eletivo quanto ao ocupado pela missionária. Como liderança religiosa e de política social, do bem comum, ela deu sua vida para que os trabalhadores deste País pudessem ter direito a um pedaço de terra. Comparado a outros países, o Brasil concentra grande extensão de terra nas mãos de poucos trabalhadores.

Por isso, mais uma vez, reafirmo o compromisso do Bloco PT-PCdoB de trabalhar incansavelmente para que o povo mineiro tenha seus direitos respeitados. Ademais, é necessário que o povo conte com a ampliação da participação popular e reconheça que, de fato, o Presidente Lula tem respeitado o Estado de Minas Gerais e investido nele, o que não aconteceu em Governos anteriores. Ressalta-se que fez isso não só nos setores sociais, mas também nos outros, sobretudo dando oportunidade para que até os empresários, especialmente os pequenos, pudessem participar da economia, contribuindo, assim, com a erradicação da exclusão social.

O Deputado Ricardo Duarte (em aparte) - Sr. Presidente, o meu desejo é cumprimentar a companheira Elisa.

Deputada Elisa Costa, cumprimento-a. Desejo-lhe boas-vindas. Na bancada feminina desta Casa, especialmente no Bloco PT-PCdoB, V. Exa. exercerá um importante papel. Assumirá a grande responsabilidade de substituir duas guerreiras que deixaram esta Casa: Maria José Hauelsen e Marília Campos. Portanto, desejamos-lhe felicidades.

Aproveito o tempo para dizer ainda que o PT e o PCdoB, preocupados com a situação da assistência à saúde oferecida pela Casa, fez um requerimento solicitando informações sobre o novo contrato da UNIMED e da PREVIMINAS. Pretendemos discutir esse assunto profundamente. Estamos muito preocupados com a saúde dos servidores da Casa, dos Deputados e familiares, pois sabemos que a PREVIMINAS não conseguirá atender toda a população mineira, como é o caso de quem mora no Triângulo Mineiro.

Não podemos tratar da saúde por meio de pregões. Não é por intermédio de pregões que conseguiremos o melhor para a saúde dos que trabalham nesta Casa. O PT e o PCdoB estão preocupados com essa questão. Por isso, a partir de hoje, iremos discuti-la. Seja bem-vinda, Deputada Elisa Costa!

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputada Maria Tereza Lara e Deputado Ricardo Duarte, pelas palavras de carinho. Termino, Sr. Presidente, com uma palavra à população de minha cidade, Governador Valadares, que muito contribuiu para minha chegada até aqui.

Temos em curso um diferente projeto para esta legislatura. Também faremos oposição, pensando no crescimento e no desenvolvimento de nossa cidade e de toda a região do Leste mineiro e do vale do rio Doce. Pensamos na construção da cidadania e no desenvolvimento das pessoas, para que possam ter vida mais digna.

Desejo, com minha experiência, contribuir para esta Casa. Nosso mandato terá o perfil de gênero, com o que estaremos colaborando com as mulheres mineiras, assim como com os servidores públicos deste Estado, minha origem.

Nosso abraço. Estamos com vontade de acertar. Muito obrigada.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público das galerias, principalmente os funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembléia, o único assunto que tenho a tratar aqui é de extrema importância e um tanto constrangedor, pois levanta dúvidas sobre o que está ocorrendo nesta Casa: a licitação para a contratação dos serviços de assistência médico-hospitalar dos servidores da Assembléia. Vamos aos fatos.

Em 2004, o Ministério Público determinou que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais elaborasse uma licitação para a contratação do referido serviço, visto que a empresa que estava credenciada não tinha sido objeto de licitação. Concorro plenamente com o Ministério Público e até rendo minhas homenagens a esse importante órgão do nosso Estado e também à Mesa da Assembléia, que prontamente atendeu à solicitação do Ministério Público. Temos de dar o exemplo. Esta é uma Casa de representantes do povo do nosso Estado, e devemos, em todos os aspectos, agir legalmente, estritamente de acordo com as leis de Minas e do Brasil.

Em meados de 2004, houve a primeira versão do edital para escolher a prestadora de serviço de saúde que iria atender os servidores ativos e inativos da Assembléia. Este foi elaborado obedecendo às normas de licitação, tendo como referência a capacitação da empresa, o serviço que já estava sendo prestado, a forma do serviço, de modo elaborado, para que grandes empresas prestadoras de serviços de saúde e com qualidade participassem, por ser a Assembléia também uma grande usuária.

Para não perder a lógica, depois concederei apartes. Peço desculpas.

Reafirmo que, na ocasião, o edital foi elaborado para as maiores empresas em infra-estrutura e qualidade nos serviços, e que atendem em todo o Brasil, como, por exemplo, a Bradesco Saúde, a Golden Cross, a Sul América, a UNIMED e outras.

Na época, foi encomendada, por esta Casa, uma consultoria externa pela empresa Pedersoli Rocha Advogados, ao custo de R\$10.000,00, que, em documento de seis laudas, sugeriu a adoção da modalidade "concorrência", do tipo "técnica e preço", por "permitir-se a conjugação dos fatores qualidade, rendimento, preço, prazo, entre outros". Assim, a tabela de pontuação técnica que inicialmente integrava o edital seria mais que suficiente para a garantia de se contratar uma empresa capaz de absorver, de uma só vez, um universo de 11.021 novos beneficiários; entretanto a comissão de licitação, conforme consta na ata da reunião do dia 10/9/2004, recebeu ordem verbal do coordenador do processo licitatório para que fossem suprimidos os itens V e VII da tabela de pontuação técnica constante no edital de concorrência, que tratam da quantidade de médicos, hospitais e clínicas credenciados. A comissão do processo licitatório decidiu, em virtude disso, ouvir novamente a empresa contratada, Pedersoli Rocha Advogados, para que se manifestasse sobre as mudanças propostas pelo coordenador do processo. Novo parecer foi emitido, e outra vez a empresa contratada sugeriu uma modalidade de concorrência tipo técnica e preço, e concluiu que a retirada de itens da tabela de pontuação técnica poderia provocar a diminuição da capacidade de avaliação técnica dos concorrentes. Cito nomes porque os documentos existem e estão comigo.

Após o ocorrido, desconsiderando os resultados e as posições da consultoria contratada e paga por esta Casa, a comissão optou pelo sistema de pregão, que trata apenas do preço para a contratação dos serviços de saúde, e não da qualidade, da eficiência e da capacidade técnica do serviço oferecido. Outra agravante que gostaria de expor é que, no próprio parecer do Procurador-Geral da Assembléia, emitido no processo de licitação, foi argumentado: "...na época, restou consignado que os documentos juntados e os argumentos expedidos não ensinavam a "inabilitação" da recorrida, porém frisou-se que a comissão de licitação poderia chegar à conclusão distinta, pois ainda não estavam anexados aos autos os documentos oferecidos pela PREVIMINAS". Pergunto-lhes: "como se pode aprovar uma licitação se nem mesmo os documentos haviam sido anexados aos autos pela PREVIMINAS?". A juntada de documentos é condição essencial para a habilitação de um processo de licitação, segundo a Lei de Licitação nº 8.666.

Ora, minhas senhoras e meus senhores, economizar em saúde é arriscado. Como já foi debatido por funcionários desta Casa e pelo seu sindicato, sendo do conhecimento de todos, a UNIMED possui um número muito maior de médicos credenciados que a PREVIMINAS, sem contar sua infra-estrutura e eficiência em todo o Estado e em outros Estados do Brasil.

Pela PREVIMINAS, se o usuário precisar de ser atendido em grande parte do interior de Minas e em vários outros Estados, terá de pagar o atendimento para ser ressarcido depois. Suponhamos que um futuro usuário da PREVIMINAS esteja viajando e não tenha dinheiro suficiente para arcar com um atendimento de urgência. Que tristeza seria vê-lo deixar um cheque como caução o qual não poderia cobrir. A PREVIMINAS abrirá exceção ou existe algum tipo de atendimento de urgência para seus usuários, por exemplo, em caso de acidente? A PREVIMINAS possui infra-estrutura para oferecer a seus usuários transporte aéreo e UTI móvel terrestre como a UNIMED vem oferecendo? Isso sem falar nos prontos-atendimentos, nos hospitais próprios e nas clínicas espalhadas por todo o País. Não temos conhecimento disso.

No serviço de saúde a ser oferecido aos funcionários da Assembléia, deve ser levado em conta a qualidade do atendimento, a segurança e a eficiência, e não apenas o menor preço. Como comparar a eficiência de um serviço médico que conta com mais de 4 mil médicos somente na Capital mineira e mais 98 mil em todo o Brasil, como é o caso da UNIMED, com outro que possui apenas 662 profissionais na Capital e pouco mais de 2 mil no restante do País, como é o caso da PREVIMINAS?

Será que o usuário seria beneficiado com a economia de uns poucos reais e a redução drástica na qualidade e na quantidade de seu atendimento médico?

Tenho que fazer uma comparação entre os credenciados da UNIMED e os da PREVIMINAS, observem algumas diferenças: médicos credenciados em Minas Gerais - PREVIMINAS: 2.386; UNIMED: 14.123.

Outro fator importante que gostaria de registrar é que hoje a PREVIMINAS possui em sua totalidade 12 mil usuários. A Assembléia possui mais de 11 mil. Então, a PREVIMINAS iria, da noite para o dia, dobrar o número de usuários. Será que essa empresa teria infra-estrutura para tal? Devemos considerar que já existem inúmeras reclamações no PROCON da Assembléia e no PROCON municipal a respeito dela. Para se ter uma idéia, a Caixa de Assistência da OAB-MG contratou a PREVIMINAS no ano de 2003 e cancelou o contrato no ano de 2004. Motivo: através de minha assessoria, o Dr. Walter Cândido, Presidente da Caixa de Assistência da OAB, Seção Minas Gerais, informou que a assistência fornecida pela PREVIMINAS não estava satisfatória, ocorreram inúmeras reclamações dos usuários em relação à falta de médicos, consultas marcadas com longo período de antecedência devido ao acúmulo de agendamentos, forçando os advogados e seus dependentes a procurar outros atendimentos. Além do mais, após um ano de contrato, a PREVIMINAS impôs um reajuste de 50% sobre o valor das mensalidades. Informo ainda que o Presidente acrescentou que atualmente está com um contrato com a UNIMED, cujo atendimento está sendo considerado excelente pelos usuários, que, por incrível que pareça, estão pagando 40% a menos sobre o valor que a PREVIMINAS estava pleiteando no ano passado.

Quero deixar claro que não estou aqui como representante oficial da UNIMED, e sim como legítimo representante nesta Assembléia Legislativa de todo o povo mineiro, também como médico e como usuário. Recentemente, como se sabe, tive que usar a UNIMED como usuário para tratamento médico e fui totalmente atendido. Já solicitei à Comissão de Defesa do Consumidor no dia 11/2/2005 e à Comissão de Saúde a convocação de audiência pública para discutir o assunto. E agora, reforçado pelo pedido do Deputado Sargento Rodrigues. Desejo, antes de mais nada, requerer à Presidência desta Casa que não homologue o processo licitatório antes da realização dessa audiência, com a participação de todos os interessados, inclusive do representante dos funcionários, que foi inteiramente alijado do processo, pelo que consta na ata de licitação. Espero que este pedido seja atendido, pois esta Casa Legislativa se pauta pela democracia e transparência em seus atos. O Presidente desta Casa foi reeleito graças ao cumprimento desses preceitos.

Concluo afirmando que confio na lisura desta Assembléia Legislativa e, diante disso, tenho uma proposta a fazer: poderíamos nós, Deputados, exigir uma nota técnica emitida por todos os Procuradores desta Casa, sem exceção, a respeito da licitação para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar a esta Assembléia Legislativa.

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte)* - Reforço as palavras do Deputado Doutor Viana. Fui procurada por diversos funcionários desta Casa e seus representantes, preocupados com o resultado da licitação para contratação de plano de saúde da Assembléia.

Estou certa, e quero deixar isto bem claro, de que os colegas que participaram da comissão de licitação agiram com total imparcialidade e rigor técnico e que não há possibilidade de questionar a lisura e a legalidade do processo licitatório. No entanto, questiono se os critérios de preço e técnica são suficientes para garantir que nós, os funcionários e nossos dependentes tenhamos uma assistência de qualidade no que tange a uma questão tão essencial como a saúde.

Precisamos ter a garantia de que nós, nossos funcionários e dependentes sejamos assistidos, com agilidade e segurança, em qualquer um dos 853 municípios do Estado. Precisamos ter a garantia de que, quando estivermos fora do Estado de Minas Gerais, tenhamos acesso a cuidados médicos de qualidade. Precisamos ter a garantia de que, em momentos de emergência médica, não precisaremos pagar pelos serviços para depois sermos ressarcidos. Nem sempre será possível arcar com altíssimo custo decorrente, por exemplo, e que Deus nos livre, de uma internação em unidades de terapia intensiva ou centros cirúrgicos. Precisamos ter a garantia de que nossos funcionários, nossos dependentes e idosos não tenham de abandonar seus médicos de confiança e trocá-los por outros, sem nenhum questionamento sobre sua competência clínica, que não possuem um histórico de acompanhamento.

A saúde requer mais do que avaliação baseada em menor preço. Requer que reunamos todas as possibilidades para que se efetive o melhor atendimento. Mudar para pior é colocar-se francamente na contramão da vida. É preciso ouvir os funcionários e suas entidades representativas. É preciso dar a devida atenção às suas considerações. É preciso dialogar e é preciso, em última instância, que trabalhemos na mesma direção, no rumo da decisão mais acertada. É preciso que este processo tenha em mente, de maneira especial, a valorização da vida e da saúde de cada um de nós. Muito obrigada.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Casa, público das galerias, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia.

O Deputado Paulo Piau anunciou seu pedido pelo art. 70 e disporá de uma hora para se pronunciar e apartear o nobre colega Deputado Doutor Viana, interessado nessa situação que diz respeito à PREVIMINAS e à UNIMED. Fiquei realmente assustado e percebi a preocupação, no meu gabinete, dos assessores e agregados quanto à licitação e ao atendimento prestado pela UNIMED, sem preocupação ou queixa dos usuários. Ao que parece, a PREVIMINAS não atende no interior, como a UNIMED. Conforme relatado pelo próprio Deputado Doutor Viana, a UNIMED possui 4 mil médicos na Capital e 98 mil em todo o Estado, sendo que o outro plano possui cerca de 662 e 2 mil médicos respectivamente. A nossa preocupação é com as pessoas que se encontram em tratamento, como fisioterapia e outros. Oportunamente, apartarei o nobre Deputado e relatarei a minha preocupação com essa licitação. Torço pela continuidade dos serviços prestados pela UNIMED. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente quero saudar os novos companheiros que passam a integrar este corpo parlamentar: Deputada Elisa Costa e Deputados Edson Resende, Gustavo Corrêa, Jésus Lima, Sebastião Costa, além dos nobres Deputados Sávio Souza Cruz e Alencar da Silveira Júnior, que retorna ao nosso convívio. Desejo a todos um bom desempenho parlamentar, produtivo, solidário e transparente. Que, juntos, trabalhemos irmanados de um mesmo propósito, qual seja o de ajudar o nosso Estado a encontrar o caminho da prosperidade e do bem-estar do seu honrado e sofrido povo.

"Felizes os que promovem a paz". Esse, senhoras e senhores, é o lema da Campanha da Fraternidade de 2005, lançada no sábado, na Praça da Estação Ferroviária, cujo tema escolhido foi "Solidariedade e Paz". Trata-se de um tema oportuno, de forte incidência na vida social. Cabe a nós, como cristãos, e particularmente na posição de políticos representantes do povo mineiro, contribuir para o fomento da justiça, sem a qual não há nem haverá paz no mundo.

Esse é um tema mais do que nunca oportuno, em razão do aumento da violência que se verifica em todo o mundo nas relações de família, nos conflitos de classes e nas agressões, como a de que foi vítima a missionária americana Dorothy, de 73 anos, no sábado, em Anapu, no Estado do Pará. Essa corajosa irmã lutava por ordenar um assentamento, ensinando as pessoas a usarem a terra respeitando a natureza. Foi um fato lamentável que entristeceu a todos nós, cristãos, e a toda a família brasileira, e que põe este País, mais uma vez, de forma negativa nos holofotes da mídia internacional, uma brutalidade que tem precedente na morte de seringueiro Chico Mendes. Ambos foram vítimas da desmedida ambição daqueles que se julgam únicos, absolutos, donos do mundo.

Do outro lado, dois seres especiais, cujo pecado foi amar demais este País e abraçar a luta dos mais fracos com coragem e devoção. Que a justiça seja feita e que a semente do amor e da justiça plantadas por Chico Mendes e pela Irmã Dorothy floresçam em cada pedaço de chão deste País.

Retornando à Campanha da Fraternidade, é importante destacar que, pela segunda vez, ela é promovida em conjunto pelas igrejas que participam do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - CONIC. Certamente, essa ação conjunta fará crescer o ecumenismo. Ela mostra que há muitas coisas que unem os cristãos, permitindo-lhes agir em conjunto na sociedade.

O CONIC, fundado em Porto Alegre há 23 anos, é integrado pelas Igrejas Católica Apostólica Romana de Brasília; Católica Ortodoxa Siriana do Brasil, de Aparecida de Goiânia - GO -; Cristã Reformada, localizada na Lapa, em São Paulo; Episcopal Anglicana do Brasil, de Porto Alegre; Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, também de Porto Alegre; Metodista de São Paulo e Presbiteriana Unida, de Vitória - ES.

Essa parceria ecumênica demonstra uma fraternidade bem concreta. Por meio do trabalho conjunto, as igrejas envolvidas testemunham o desejo de ser sinal de paz e de reconciliação. Dando exemplo, ganham força moral para solicitar à sociedade que se una para buscar o bem comum e a verdadeira paz.

Em 2006, em Porto Alegre, o Brasil acolherá a IX Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas e a Campanha da Fraternidade deste ano pode ser vista como parte da preparação para esse evento, na medida em que despertará consciências para a urgência da cooperação entre as igrejas no combate à violência.

Esse espírito de união com o CMI e o CONIC está envolvido no trabalho da Década Para Superar a Violência - 2001-2010, um projeto que inclui várias iniciativas e atividades. Nele estão sendo estudados os sinais e as causas da violência que nos cercam em suas múltiplas formas. Ao escolher o tema deste ano, o clima e os objetivos da Década foram decisivos. A CNBB espera que, após a campanha, as pessoas permaneçam ligadas ao processo contínuo de superação da violência.

Desde 1983, após a realização de uma assembléia no Canadá, o CMI tem convidado as igrejas-membros a participarem de uma nova aliança em favor da paz, da justiça e da integridade do ser humano.

O objetivo geral da Campanha da Fraternidade de 2005, definido pelas igrejas a ela engajadas, é unir as religiões cristãs e as pessoas de boa-vontade na superação da violência, promovendo a solidariedade e a construção de uma cultura de paz. Esse objetivo se desenvolve em alvos mais limitados, ligados a aspectos particulares do desafio da construção da paz por meio de uma postura solidária, tendo como objetivos específicos colocar no centro da vida e do testemunho das igrejas a preocupação e o esforço de superar a violência e de promover a solidariedade e a paz; alertar sobre o mau uso da identidade religiosa e lembrar o compromisso das religiões para com a paz.

Desafiar as igrejas a superar o espírito, a lógica e a prática da violência, tanto a direta quanto a estrutural, e a se opor a qualquer forma de violência, exclusão e intolerância; promover uma espiritualidade alicerçada na reconciliação e na solidariedade; promover ações públicas para reformar e aperfeiçoar a legislação e as instituições responsáveis pela segurança pública, tendo em vista o respeito aos direitos humanos e a sua inviolabilidade; denunciar as injustiças e apoiar iniciativas de reformas estruturais que visem à transformação das condições econômicas, sociais e culturais que causam violência; colocar-se ao lado dos desfavorecidos e contribuir para soluções não violentas dos conflitos sociais.

Essa parceria ilustra o crescimento do homem como igreja e dá o seu próprio exemplo na busca não somente do resgate e da defesa da dignidade das pessoas, mas também da ação de percorrerem juntas o caminho da solidariedade para criar condições de paz.

A justiça é um instrumento importante da paz, que não será possível, enquanto não tivermos uma distribuição de renda que alinhe mais as condições de sobrevivência do povo, enquanto tivermos nossos idosos subjugados e esquecidos nas políticas públicas, enquanto tivermos gente brigando por terra, por um teto, enquanto não tivermos uma educação global que, de fato, forme nossos jovens para o convívio social, enquanto convivermos com uma taxa de desemprego de 10%, de pessoas sufocadas pelos compromissos familiares que não podem cumprir.

Quanto a nós, parlamentares, que Deus nos dê a inspiração necessária para que saibamos oferecer nossa colaboração no sucesso da Campanha da Fraternidade 2005, favorecendo o cumprimento dos seus objetivos. E como podemos fazê-lo? Primeiro, buscando nossa paz interior por meio de uma ação transparente e de fato voltada para interesses coletivos; segundo, cuidando para que o Executivo Estadual atenda prioritariamente às demandas dos mais humildes, de nossas crianças e dos nossos idosos; e, terceiro, buscando elaborar projetos que cada dia mais promovam e defendam a cidadania.

Ao lado da miséria, nosso grande desafio é a quebra dessa cadeia de violência que grassa em todo o País, a "antipaz", que permeia o dia-a-dia das grandes Capitais, resultado de uma política pouco solidária que há anos sucateia nossa sociedade e atualmente frustra o sonho de todos os brasileiros que apostaram em dias, de fato, melhores neste Governo. Não se trata apenas da exploração do pobre: a violência econômica vira extermínio, é uma espécie de assassinato da esperança e do sonho.

Então, Sr. Presidente, quando falamos de solidariedade e paz, não se trata apenas de falar, mas sim de dar a nossa contribuição, de ser solidários e de defender a paz não só nas famílias e na sociedade. Esperamos que, realmente, todos nós possamos contribuir com ações concretas para a Campanha da Fraternidade. Felizes são aqueles que promovem a paz!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Piau* - Cumprimento o Deputado Doutor Viana. Como todos sabem, esse processo desenvolveu-se com esta Casa fechada, com exceção da parte administrativa, e, mesmo ele estando de recesso, lutou para deixar tudo de forma transparente. Por isso, queremos agradecer-lhe por sua atenção quanto à demanda dos servidores e de todos que compõem esta grande Casa chamada Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, existe um grande clima de apreensão, e a Mesa da Casa precisa ter a sensibilidade devida para ouvir os Deputados, os servidores, enfim, todos os ligados a esta Assembléia. De acordo com as considerações feitas, percebemos que o processo está vindo como um rolo compressor, o que realmente não conseguimos entender, já que a Mesa tem autoridade para protelar ou cancelar o processo licitatório. Não estamos vendo razão para não terem tomado as devidas providências, uma vez que existem dúvidas sobre o processo. Estão todos apreensivos: os servidores concursados, os dos gabinetes e todos os que dependem da Casa, seja em Belo Horizonte, seja no interior.

Portanto, queremos fazer um pedido veemente ao Presidente da Casa, que ainda não homologou, segundo consta, o processo licitatório, a fim de que tome ciência dos mínimos detalhes da transação, de seu alcance e dos benefícios e prejuízos que ela trará à saúde dos servidores da Assembléia Legislativa, sob a pena de não estar cumprindo sua real função de Presidente da Casa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento o Deputado Paulo Piau e também o Deputado Doutor Viana, que, de forma criteriosa, coletou os documentos necessários e fez o acompanhamento dos desdobramentos dessa licitação - que entendo vergonhosa, a partir do momento em que ouvi o Deputado Doutor Viana.

Deputado Paulo Piau, qualquer cidadão que criar uma empresa na área de saúde e participar de uma licitação como a PREVIMINAS participou nesta da Assembléia irá ganhar, pois retiraram da tabela de pontuação dois itens importantes para a participação na licitação: o item V e o VII, que se referem ao número de médicos credenciados para o atendimento dos Deputados, dos servidores efetivos, dos servidores de gabinete e de seus dependentes e ao número de hospitais. Essa atitude, por si só, faz-nos entender que houve má-fé no processo.

Em momento algum, isso poderia acontecer nesta Casa. Todos os 77 Deputados têm de estar preocupados com essa licitação. Apesar de, em minha questão de ordem, na abertura dos trabalhos, ter dito diferente, agora quero retirar o que disse, para que fique gravado nos anais da Casa.

Até então, as informações de que dispunha, providas da administração superior desta Casa, eram as de que o processo estava de acordo com a lisura, no aspecto formal e no mérito, sendo, portanto, indiscutível. Agora não está mais porque, quando a Assembléia Legislativa solicitou que nessa tabela fossem incluídos esses itens, eles foram simplesmente retirados. Isso significa dizer aos Deputados e aos servidores desta Casa que não está sendo respeitada a saúde, assunto primordial na vida de qualquer trabalhador de qualquer parte do mundo.

Houve má-fé e desrespeito. Além disso, Deputado Paulo Piau, retiraram o restante da tabela. Assim, qualquer um de nós que criar uma empresa na área de saúde para participar da licitação vencerá. Não há uma tabela, Deputado Chico Rafael, que exija critérios técnicos para participar da licitação. Qualquer picareta ou 171, utilizando-se o jargão policial, participará e vencerá a concorrência. E a saúde dos nossos dependentes, dos nossos servidores, dos próprios Deputados e dos seus dependentes? Essa situação é vergonhosa.

Deputado Paulo Piau, o próprio Deputado Doutor Viana disse que a OAB encerrou o convênio com a PREVIMINAS. A COPASA também mantinha esse convênio, mas a situação atingiu tal ponto que teve de criar um sistema de atendimento à saúde à parte. A PREVIMINAS foi também rejeitada na COPASA, e a Assembléia Legislativa pretende firmar esse convênio!

Deputado Paulo Piau, faço-lhe um apelo para que, juntamente com os Deputados Doutor Viana, meus companheiros de bancada e os Deputados médicos, como os Deputados Carlos Pimenta, Sebastião Helvécio e Doutor Ronaldo, não aceitem isso calados. Essa decisão não pode ser enfiada goela abaixo dos servidores e dos Deputados, como estava escrito nos cartazes que foram retirados. Isso é o mais

vergonhoso. Não aceitarei essa imposição e não me calarei. Temos de cobrar uma solução do Presidente desta Casa. Até então, tenho criticado a sua administração, em especial no que diz respeito à autonomia do Legislativo, mas reconheço publicamente sua austeridade administrativa. Tenho a certeza absoluta de que o Deputado Mauri Torres não consolidará essa decisão com seu aval final, para que a PREVIMINAS preste esse desserviço à saúde dos servidores e dependentes do Poder Legislativo. Não podemos aceitar isso. Não devemos nem realizar audiência pública, porque o processo está maculado, já que foram retirados os itens que, certamente, viabilizariam a escolha de uma empresa à altura para prestar serviço à saúde. Temos de rejeitar essa proposta. Nenhum Deputado desta Casa deve se assentar em seu gabinete de braços cruzados, esperando que tudo transcorra normalmente. Todos nós temos o dever de agir.

Nobre Deputado Paulo Piau, não há nenhum assessor que more no interior do Estado. Todos moram na região metropolitana, portanto, segundo informações, estariam atendidos. Não possuo parentes, meus dependentes, no interior. Então, este Deputado e os servidores que trabalham em meu gabinete estariam atendidos, mas, e os demais? Será que esse plano atenderia à Assembléia Legislativa?

Estive com o Deputado Marcelo Gonçalves no sábado e no domingo. Disse-me que o pessoal de Pedro Leopoldo rejeitou a PREVIMINAS. Antes de iniciar esta sessão, encontrei-me novamente com ele no saguão. Mais uma vez, reafirmou que, exercendo a medicina por 25 anos, poderia dizer que a PREVIMINAS está longe de prestar atendimento à altura do da UNIMED.

Esclareço que não conheço nem quero conhecer nenhum representante da UNIMED. Quero apenas que os Deputados, os servidores e os dependentes sejam atendidos por uma empresa à altura. Em hipótese alguma podemos pensar em diminuir gastos nessa área, pois saúde não se discute dessa forma.

Deputado Paulo Piau, retiraram toda a tabela de pontuação técnica que deveria ser exigida; portanto, se não permitirem que façamos uma audiência pública, temos que formar uma CPI para apurar por que essa empresa foi beneficiada e buscar esclarecimentos dos que participaram desse processo. Queremos que o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, se manifeste de forma firme a fim de que essa licitação seja totalmente revista e que o edital atenda às exigências técnicas, que os nossos colegas parlamentares conhecem melhor do que nós.

Caso as manifestações dos nobres colegas Deputados não consigam interromper esse processo, estarei em cima de um carro de som, na porta desta Casa, conclamando todos os servidores e Deputados para que não assinem o convênio e para que façamos uma paralisação do Poder Legislativo com o objetivo de conseguir o respaldo e o respeito que desejamos.

Agradeço a V. Exa. e conto com os Deputados de todas as bancadas para que procuremos o Presidente, porque não podemos deixar que essa empresa preste serviço vencendo o pregão eletrônico dessa maneira. Isso é uma vergonha para a Assembléia de Minas.

O Deputado Paulo Piau* - Agradeço o aparte, Deputado Sargento Rodrigues. Não temos provas, mas há comentários, e não importa se eles foram feitos com responsabilidade ou não. O importante é que não pode haver dúvida nos procedimentos desta Casa. Tenho a certeza de que o Deputado Mauri Torres, na ótica da transparência, esclarecerá tudo aos Deputados, aos servidores e, evidentemente, à população mineira.

Muitos sabem que sou Presidente da Frente Parlamentar das Cooperativas, que é integrada por 53 Deputados. A UNIMED é uma cooperativa. Esclareço que uma coisa não tem relação com a outra. Aqui, estou isento da condição de Presidente da Frente, pois se trata de processo licitatório. Nesse caso, há dois elementos que importam: preço e qualidade no atendimento. Certamente, não é o menor preço que determinará quem prestará serviço a esta Casa. O preço é importante, mas a qualidade tem o mesmo peso. Nossa indignação é a mesma de todos os servidores. Estamos trocando uma empresa que funciona, que nos atende, por outra duvidosa, que está sendo eliminada de outras instituições, inclusive do Estado de Minas Gerais. A Assembléia não pode permitir que o serviço piore. Isso é retrocesso.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Cumprimento o Deputado Paulo Piau e todos os Deputados e servidores desta Casa, pois sabemos de sua dedicação aos trabalhos desta Casa. Como médico, não poderia deixar de me manifestar. Há, com clareza e transparência, uma manifestação quase unânime de rejeição à escolha da PREVIMINAS para ser a contratada para prestar os serviços de saúde à comunidade desta Casa. Esta é uma reação que se observa em todos os cantos e recantos. Se há essa reação, fica a pergunta: "assim mesmo faremos valer a licitação, apesar da legalidade, com todos contrariados, diante de uma empresa que não atenderá, como fazia antes a UNIMED, com qualidade e extensão a todas as cidades e a todo servidor desta Casa?". Essa é a questão posta. Será que a PREVIMINAS também quer atender a uma comunidade que não a quer? Não por não querê-la simplesmente, mas porque a outra presta atendimento de qualidade. Só há prova de qualidade quando esta existe. E se existe, devemos manter o que já existe, principalmente na questão da saúde. Em termos de saúde, não podemos pensar em sete nem em oito, mas sempre em dez. Ou seja, a melhor assistência possível. É isso que queremos, e, quando queremos e lutamos por um SUS de qualidade para todos os brasileiros, também queremos a mesma qualidade para nós. Não fugimos do discurso nem da lógica de que saúde deve ser sempre da melhor qualidade. Nestes cinco anos em que a UNIMED nos atendeu, quando cada um de nós necessitou buscar assistência em determinado momento, foi bem atendido, e nossa saúde ficou em boas mãos. Queremos nossa vida em boas mãos, com segurança.

Deputado Paulo Piau, agradecendo esta oportunidade e cumprimentando a todos nesta primeira manifestação no Plenário, afirmo que é preciso encontrar um caminho alternativo, pois há uma rejeição clara e uníssona dentro desta Casa em relação a essa licitação. Se houve falta ou erro material no momento de se publicar a licitação, porque não atende às nossas exigências, não há como prosseguir, mesmo que tenha sido publicado. Mas podemos levantar outras questões. Por exemplo, a PREVIMINAS não atende nas cidades tais e tais, onde a UNIMED atende. Isso já é motivo para dizer que a PREVIMINAS não nos atenderá como precisamos. Se não nos atende como necessitamos, não nos atende no todo. E necessitamos atendimento no todo, pois se trata da velha questão da universalidade e do acesso total à saúde. É preciso rever esse processo, pois é uma boa discussão e deve-se optar pelo melhor. Obrigado.

O Deputado Jésus Lima (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, é um prazer estar na Assembléia Legislativa e é uma honra falar pela primeira vez neste instante. Não estou aqui para defender a UNIMED. Quando fui Prefeito de Betim, defendi um sistema de saúde pública gratuito de qualidade e quase 11 mil pessoas deixaram a UNIMED porque nosso sistema público de saúde funcionava e foi premiado. Fui Prefeito-Criança duas vezes; nosso hospital regional foi um dos dez melhores do Brasil e a maternidade foi premiada várias vezes. Ou seja, tínhamos um sistema público de saúde que funcionava muito bem.

Não estou aqui para defender a UNIMED, mas, ao chegar a esta Casa, deparou-se-me o problema. Vejo que a UNIMED presta um serviço de qualidade. Se está bom, por que mudar?

Apresento uma proposta concreta, como primeira ação da Mesa empossada hoje. O poder público tem essa prerrogativa: a Mesa, diante da manifestação de todos os Deputados que aqui se manifestaram e dos funcionários que dependem do serviço de saúde prestado pela UNIMED, pode decidir cancelar imediatamente a licitação.

A Mesa tem poder para isso. Essa é a minha proposta. Obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordarei dois assuntos. Depois que o nosso colega Deputado Doutor Viana dissertou sobre o problema da UNIMED, com toda a sua competência parlamentar e médica, não nos deixou dúvida de que a

referida licitação é deletéria para os funcionários, para os beneficiários, e enfim, para todos nós. Não há outra forma de resolver o problema a não ser cancelar a licitação, como bem disse o Deputado Jésus Lima. Solidarizo-me com todos os colegas e, como parlamentar, mantenho a minha posição intransigente de rejeição a essa licitação.

Outro assunto que não podemos deixar passar em branco neste parlamento, já que estamos mais próximos dos cidadãos do que o parlamento federal - Deputados e Senadores -, refere-se à rejeição à Medida Provisória nº 232, editada no apagar das luzes do ano passado.

Apresentamos um requerimento a esta Casa com o seguinte teor: (Lê:) "O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, que esta Casa encaminhe ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, manifestação de desagrado em relação à Medida Provisória nº 232, ora em tramitação naquela Casa Legislativa, e solicitando empenho para a sua rejeição sumária, tendo em vista que o seu conteúdo contraria os interesses do País, principalmente no que diz respeito aos pequenos empresários, produtores rurais, prestadores de serviços e profissionais liberais".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apetite voraz do Governo Federal em aumentar a sua arrecadação faz com que penalize, de forma cruel, desumana e sem sentido social, quem produz neste País, principalmente os pequenos produtores rurais.

Vejam, Srs. Deputados, os produtores rurais, já tão penalizados, agora são obrigados, de acordo com essa medida provisória, a contribuir com mais 1,5% sobre todos os seus produtos, seja um litro de leite, uma arroba de boi ou uma tonelada de soja. Então, este parlamento não pode, de forma alguma, calar-se. Deve se manifestar, rejeitando a malfadada Medida Provisória nº 232. Obrigada.

O Deputado Paulo Piau* - Antes de passar a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, quero registrar o nosso repúdio à Medida Provisória nº 232, que aumenta a carga tributária. Sabemos que o Governo Federal já está revendo essa posição, mas se a sociedade não pressionar, mais e mais impostos serão colocados nas costas do trabalhador e do povo brasileiro.

Para V. Exa. ter noção das conseqüências dessa medida provisória, aumenta-se o imposto em 1,5% sobre o valor bruto de qualquer produto agrícola, seja o leite, o arroz, o feijão seja o milho, o que significa aumento de preço na mesa do consumidor. Portanto, isso é muito grave.

Em relação aos serviços, também ocorre um aumento de 16% para 40% sobre o lucro líquido das empresas. O produtor já depara com preços comprimidos para a soja, o leite, a carne e o milho. Logo, como poderá despender recursos para pagar mais impostos, se já não está dando conta dos existentes? Ademais, aumenta a burocracia. Um produtor que, em virtude da baixa renda, era isento de qualquer manifestação perante o Imposto de Renda, agora estará diante de mais burocracia, tendo de pagar a mais um contador. O povo não agüenta mais burocracia.

Também manifesto minha solidariedade a V. Exa. Para que o Governo Federal reveja essa posição, encaminhar-lhe-emos um requerimento semelhante ao de V. Exa. Outro dia, estivemos com o Vice-Presidente José Alencar, que conseguiu com o Presidente Lula, protelar por mais um mês a vigência da medida provisória. Ou seja, essa medida deveria estar vigendo a partir do dia 1º de fevereiro. A partir do dia 1º de março, se o Governo não der um passo para trás, a referida medida passará a vigor. Assim sendo, o Congresso terá de se manifestar.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Agradeço-lhe o aparte. Caro Presidente, Deputado Rogério Correia, chamo a atenção para o que acontece aqui hoje, à tarde. Refiro-me a uma manifestação que teve origem nas pessoas que entendem que um plano de saúde, um atendimento de saúde é algo muito sério. Trata-se de assistência a um universo de 7 mil pessoas. Ou seja, esse é o universo formado pela Assembléia Legislativa, incluindo funcionários, familiares e pessoas que trabalham nos gabinetes.

Essa manifestação nasce dos próprios usuários do sistema de saúde, das pessoas que precisam dele. Como médico, sei que hoje todo brasileiro precisa dispor de mais segurança. Sabemos que o SUS faz o possível, mas a rede complementar é fundamental para prestar, oferecer maior assistência no momento de dor, na hora mais difícil e mais importante da vida do cidadão. Nós, Deputados, temos de ouvir a verdade; temos de ouvir as pessoas que desejam continuar contando com uma assistência de alta qualidade. Assim, elas estarão seguras de que, nos momentos mais difíceis, poderão contar com uma empresa como a UNIMED.

A UNIMED de Belo Horizonte conta mais de 5 mil profissionais de saúde. Há dezenas de outras UNIMEDs no Estado, interligadas pela Federação das UNIMEDs. Por exemplo, um funcionário do meu gabinete que mora em Montes Claros não poderá usar o plano de saúde, porque lá não existe a empresa que ganhou a concorrência feita no final do ano passado. Então, ele terá de vir a Belo Horizonte? A empresa pode ser idônea, de qualidade, mas presta atendimento apenas na região metropolitana. Como se vê, não atende o funcionário que mora no interior.

Cumprimento-o, Deputado Paulo Piau, por tratar desse problema. Como membro da Comissão de Saúde, comprometo-me com V. Exa., com a Casa e comigo mesmo a discutir esse assunto na Comissão. Pretendemos saber o que aconteceu, o que realmente existe por trás de tudo isso. O Deputado Sargento Rodrigues foi muito feliz em seu pronunciamento. Ainda, vamos insistir na realização de uma audiência pública, porque quem deve gerir, optar, dizer "sim" a um plano de saúde é quem faz parte dele.

Ontem, na Câmara dos Deputados, assistimos a uma tentativa de se empurrar goela abaixo o nome de uma pessoa, mas houve uma reação violenta. Aqui acontece o mesmo, visto que se tenta empurrar goela abaixo um plano de saúde de uma empresa que não conhecemos. Pode até dispor de bons profissionais. Não estou questionando a qualidade do atendimento. Ainda, quem é a PREVIMINAS para se aproximar do atendimento de excelência, de responsabilidade e de qualidade oferecido pela UNIMED aos funcionários da Assembléia Legislativa de Minas Gerais? Por isso, entendo que essa manifestação deve ocorrer.

Peço ao nosso Presidente, Deputado Mauri Torres, que ouça a voz da maioria, a voz da verdade, a voz dos usuários, para que possamos evitar que, amanhã ou depois, venham questionamentos jurídicos por parte de quem deveria ser atendido como hoje.

Parabenizo o Deputado Paulo Piau por seu pronunciamento. Conte comigo e com o nosso partido, o PDT.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau. Quero saudar V. Exa. pela lisura em trazer esse problema tão sério a esta Casa parlamentar no início de nossos trabalhos.

Realmente assiste razão a V. Exa., assim como a todos os Deputados que nos antecederam. Estamos iniciando uma nova sessão legislativa com um grande problema com nossos servidores. Se hoje esta Casa legislativa é a melhor do País, temos muito o que agradecer aos servidores desta Casa, que fazem incansavelmente seus apostolados, com dedicação, respeito e, principalmente, lisura nos gabinetes e no parlamento.

Estamos preocupados. Todo processo de licitação deve pautar-se pelos princípios de direito, pelos princípios básicos da lisura, da idoneidade, da transparência. Não entrarei no mérito da questão, Deputado Paulo Piau, porque isso não me compete neste momento, mas quero fazer coro com V. Exa. por suas palavras. Temos compromisso e responsabilidade muito grande com os servidores da Casa. A bandeira dos Deputados é

em defesa do Legislativo. Temos de tomar ciência de todo o processo. Várias propostas foram feitas. Se necessário, também tenho proposta de instauração de uma comissão especial para ouvir os servidores da Casa, a fim de verificarmos se participaram das negociações, se tiveram conhecimento do processo licitatório.

Não podemos esperar. Devemos colocar o assunto em pauta todos os dias, se necessário, até esgotar a matéria, na busca de uma solução para essa situação angustiante pela qual os servidores estão passando.

Coloco a Comissão de Administração Pública à disposição para se debruçar sobre o assunto. Aliás, temos estudado a questão. Até agora não encontrei motivos satisfatórios que me convençam da necessidade da modificação da prestadora dos serviços.

Deixo clara essa preocupação. Se necessário, contaria com V. Exa. nessa comissão especial, assim como com todos os nossos servidores, na busca da melhor solução. Solidarizo-me com todos. Trata-se da saúde de nossas famílias.

O Deputado Paulo Piau* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Com certeza, pode contar com nossa total participação nesse processo de busca de transparência.

Deputado Rogério Correia, Presidente dos trabalhos, faço a observação que o Deputado Jésus Lima fez: unanimidade. Não apareceu aqui um Deputado sequer para defender a PREVIMINAS. Isso é, no mínimo, estranho.

Formalizo, em forma de requerimento - e acredito que se trata de unanimidade entre os Deputados -, um pedido ao Presidente Mauri Torres para que não homologue esse processo antes da audiência pública ou de um esclarecimento maior sobre esse processo licitatório.

Apresento o requerimento a V. Exa. para que não haja dúvidas. A Assembléia Legislativa é honrada e tem de preservar seus princípios, pois se trata da Casa do povo, de onde emana toda idéia e opinião sobre a sociedade mineira, não podendo nela existir qualquer dúvida sobre um processo licitatório.

Gostaria que V. Exa., como Presidente dos trabalhos, levasse ao Presidente desta Casa o resultado desta reunião de hoje, à tarde. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Após consultar o Deputado Fábio Avelar, solicitaremos ao Presidente Mauri Torres reunião extraordinária para tratar desse assunto. Teremos o compromisso de escutar os líderes dos diversos partidos que se pronunciaram e apresentaram requerimento do Deputado Paulo Piau e Doutor Viana, já protocolado, e do Deputado André Quintão, Líder do Bloco PT-PcdoB. Após escutar os líderes dos servidores e dos partidos, juntos poderemos dar resposta a essa questão. Eu e o Deputado Fábio Avelar nos comprometemos a tratar desse assunto.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Meus caros colegas Deputados e funcionários, trocamos algumas idéias com o Deputado Rogério Correia, a quem manifestamos nossa preocupação quanto a essa questão ocorrida nesta Casa.

Não podemos deixar de reconhecer a manifestação praticamente de todo o corpo funcional, de toda a Casa e de todos os Deputados que tiveram a oportunidade de se manifestar. De maior preocupação ainda se reveste o pronunciamento dos colegas Deputados, providos de profundo conhecimento quanto a essa prestação de serviço, que não têm receio de afirmar que, se homologado esse processo, poderemos colocar em risco a saúde não só dos funcionários, mas também a nossa, dos Deputados. Já que percorremos todo o Estado de Minas Gerais, temos ciência da fragilidade da PREVIMINAS.

Gostaria de fazer uma ressalva quanto ao que disse o Deputado Sargento Rodrigues, ou seja, que a COPASA já foi usuária da PREVIMINAS, mas já rescindiu o contrato. Aliás, nessa época, eu era funcionário da empresa. Não é bem isso. Esclareço que se tratou de um processo tumultuado, e a PREVIMINAS que seria implantada na COPASA de maneira impositiva. Houve, antes mesmo de sua implementação, manifestação espontânea do corpo funcional da empresa. Em assembléia histórica, ocorrida no pátio da regional metropolitana, o corpo funcional decidiu manifestar sua preocupação à Diretoria, que, reconhecendo essa necessidade, deu seu aval e criou o COPASS. Então, a PREVIMINAS não chegou a prestar serviços a essa empresa.

Portanto, essa questão deve ser esclarecida. Nós, novos membros da Mesa, que não tivemos a oportunidade de nos aprofundar nesse processo, não podemos deixar, perante essa manifestação unânime, de levar essa preocupação ao Presidente Mauri Torres e de lhe solicitar reunião extraordinária para revermos essa questão. Concordamos com o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Paulo Piau* - Muito Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/2/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando, a partir de 21/2/05, Maria Catarina Lazaroni do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 21/2/05, Rosamaria Alves de Miranda do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Maria Catarina Lazaroni para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Maria das Graças Alves Rodrigues para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Rosamaria Alves de Miranda para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Maira Barbosa Marinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Objeto: prestação de serviços e venda de produtos postais. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-009.0001 33903900. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Licitação: dispensa, nos termos do art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Primeira convenente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. Objeto: estabelecimento de cooperação entre os partícipes, a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo. Objeto deste aditamento: 3ª prorrogação. Vigência: 12 meses a partir de 1º/2/2005.